

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

N.º CPI 56/2022

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS
DE SUPORTE TÉCNICO E DE MANUTENÇÃO DAS PLATAFORMAS
TECNOLÓGICAS DO CATÁLOGO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES (CNQ) E
DA GARANTIA DE QUALIDADE (QUADRO EQAVET) DA ANQEP, I.P.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS

Cláusula 1.^a – Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do procedimento de concurso público com publicidade internacional, que tem por objeto a aquisição de serviços de suporte técnico e de manutenção das plataformas tecnológicas do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) e da Garantia da Qualidade (Quadro EQAVET) da ANQEP, I.P., para os anos de 2023 a 2025.

Cláusula 2.^a – Disposições por que se rege o Contrato

1. A execução do Contrato obedece:

- a)* às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
- b)* ao Código dos Contratos Públicos (doravante CCP);
- c)* ao Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016;
- d)* à Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2021, de 7 de fevereiro de 2012;
- e)* ao Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID), na sua atual redação;
- f)* ao Decreto-Lei n.º 83/2018, de 19 de outubro, na sua atual redação;
- g)* ao Regulamento (UE) 2018/1724 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2 de outubro de 2018;
- h)* à restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;

2. Para efeitos do disposto na alínea *a)* do número anterior, consideram-se integrados no Contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:

- a)* o clausulado contratual e seus anexos, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo ADJUDICATÁRIO nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;

- b)* os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela ENTIDADE ADJUDICANTE;
- c)* os esclarecimentos e as retificações relativos às peças do procedimento que a ENTIDADE ADJUDICANTE venha a prestar nos termos do artigo 50.º do CCP;
- d)* o presente Caderno de Encargos;
- e)* a proposta adjudicada;
- f)* os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo ADJUDICATÁRIO;
- g)* Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no Caderno de Encargos.

Cláusula 3.ª – Interpretação dos documentos que regem o Contrato

1. Em caso de divergência entre os vários documentos referidos nas alíneas *b)* a *g)* do n.º 2 da Cláusula anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas *b)* a *g)* do n.º 2 da Cláusula anterior e o clausulado contratual e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo ADJUDICATÁRIO nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

Cláusula 4.ª – Preço base

1. O preço base, para efeitos do presente procedimento, é de **273.000,00€ (duzentos e setenta e três mil euros)**, correspondendo ao preço máximo que a ENTIDADE ADJUDICANTE se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, correspondente aos seguintes preços base por lote:
 - a)* Lote 1 – Serviços de suporte técnico e de manutenção da plataforma tecnológica do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ): € 170.625,00 (cento e setenta mil seiscentos e vinte e cinco euros);
 - b)* Lote 2 – Serviços de suporte técnico e de manutenção da plataforma tecnológica da Garantia da Qualidade (Quadro EQAVET): € 102.375,00 (cento e dois mil trezentos e setenta e cinco euros).

2. Para cada serviço objeto do contrato a celebrar identificado na Cláusula 13.^a e Cláusula 14.^a do presente Caderno de Encargos, foi fixado um Preço Unitário Base, indicado no ANEXO II ao programa do procedimento, sendo esse o preço máximo que a ENTIDADE ADJUDICANTE se dispõe a pagar pela execução de cada um dos serviços aí mencionados.
3. O preço base e os preços base por lote, referidos nos números anteriores foram determinados em função da ponderação dos preços contratuais resultantes de anteriores procedimentos, com o mesmo objeto.

Cláusula 5.^a – Vigência

O contrato a celebrar destina-se a vigorar até ao dia 31 de dezembro de 2025, ou até que se mostre esgotado o preço indicado na Cláusula 4.^a do presente Caderno de Encargos, consoante o facto que se verifique em primeiro lugar, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da cessão do contrato.

Cláusula 6.^a – Local da Prestação de Serviços

1. Os serviços objeto do Contrato serão prestados nas instalações do ADJUDICATÁRIO.
2. O ADJUDICATÁRIO pode, mediante prévia autorização, prestar os serviços objeto do Contrato nas instalações da ENTIDADE ADJUDICANTE, sita na Avenida 24 de Julho, n.º 138, Lisboa, quando a natureza e a exigência técnica dos mesmos o justificar.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

SECÇÃO I – Disposições gerais

Cláusula 7.^a – Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o ADJUDICATÁRIO as seguintes obrigações principais:
 - a) Prestar os serviços de suporte técnico e de manutenção das plataformas tecnológicas do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) e Garantia da Qualidade (Quadro EQAVET) da ANQEP, I.P., nos termos mais bem definidos na Cláusula 12.^a e seguintes do presente Caderno de Encargos;
 - b) Designar 1 (um) interlocutor responsável pela execução do Contrato;

- c) Disponibilizar os meios humanos identificados na proposta, com respeito pelo número mínimo de membros da equipa técnica e de gestão prevista no presente Caderno de Encargos;
 - d) Apresentar, com uma periodicidade mensal, um Relatório mensal da prestação de serviços, nos termos previstos na Cláusula 16.^a do presente Caderno de Encargos;
 - e) Apresentar, no termo da vigência do contrato, um Relatório Final, nos termos previstos na Cláusula 20.^a do presente Caderno de Encargos;
 - f) Comparecer nas reuniões para que seja convocado pela ENTIDADE ADJUDICANTE, para acompanhamento da realização dos serviços, desde que agendadas com a necessária antecedência;
 - g) Prestar, de forma correta e fidedigna, todas as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos solicitados pela ENTIDADE ADJUDICANTE.
2. A título acessório, o ADJUDICATÁRIO fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. O ADJUDICATÁRIO obriga-se ainda a cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP.

Cláusula 8.^a – Proteção de dados pessoais

1. Os dados pessoais a que o ADJUDICATÁRIO tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela ENTIDADE ADJUDICANTE, ao abrigo do Contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas da ENTIDADE ADJUDICANTE.
2. O ADJUDICATÁRIO compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela ENTIDADE ADJUDICANTE, ao abrigo do Contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela ENTIDADE ADJUDICANTE.
3. No caso em que o ADJUDICATÁRIO seja autorizado pela ENTIDADE ADJUDICANTE a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será a única responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas, obrigando-se a garantir que as empresas subcontratadas cumprirão o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, devendo tal obrigação constar

dos contratos escritos que o ADJUDICATÁRIO celebre com outras entidades por si subcontratadas.

4. O ADJUDICATÁRIO obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso durante a execução do Contrato, ou que lhe sejam transmitidos pela ENTIDADE ADJUDICANTE, única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do Contrato;
 - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
 - d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a ENTIDADE ADJUDICANTE esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da ENTIDADE ADJUDICANTE contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
 - f) Prestar à ENTIDADE ADJUDICANTE toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuados ao abrigo do contrato e manter a ENTIDADE ADJUDICANTE informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - g) Assegurar que os seus colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no contrato relativamente a esta matéria.
5. O ADJUDICATÁRIO será responsável por qualquer prejuízo em que a ENTIDADE ADJUDICANTE venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
6. Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao ADJUDICATÁRIO, incluindo,

designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o ADJUDICATÁRIO e o referido colaborador.

Cláusula 9.^a – Dever de sigilo e confidencialidade

1. O ADJUDICATÁRIO compromete-se a não divulgar, durante e após a execução do Contrato, quaisquer informações que obtenha no seu âmbito.
2. A documentação e informação cobertas pelo dever de sigilo e confidencialidade não podem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.
3. O ADJUDICATÁRIO só pode divulgar informações referidas no número anterior mediante autorização prévia da ENTIDADE ADJUDICANTE.
4. Consideram-se informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, aquelas a que o ADJUDICATÁRIO tenha acesso no âmbito da execução do Contrato e que, a serem divulgadas, possam causar danos a qualquer das partes ou a terceiros.
5. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável às entidades subcontratadas pelo ADJUDICATÁRIO e aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que se encontrem envolvidos na execução do Contrato, nomeadamente o(s) técnico(s) afetos à execução dos serviços objeto do Contrato.
6. Exclui-se do âmbito dos números anteriores toda a informação gerada durante a execução do presente Contrato, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos que sejam do conhecimento público ou que o ADJUDICATÁRIO seja obrigado a revelar por força de disposição legal, de decisão judicial ou administrativa.

Cláusula 10.^a – Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do ADJUDICATÁRIO quaisquer encargos decorrentes da utilização ou fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a ENTIDADE ADJUDICANTE venha a ser demandada por ter infringido, na execução do Contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o ADJUDICATÁRIO deve indemnizá-la de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 11.^a – Direitos de propriedade intelectual e industrial

1. O ADJUDICATÁRIO deve ser titular de todas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento legalmente necessários à prestação dos serviços objeto do Contrato.
2. O ADJUDICATÁRIO obriga-se a manter válidas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento a que se refere o número anterior, até à integral execução do Contrato.

SECÇÃO II – SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E DE MANUTENÇÃO DAS PLATAFORMAS TECNOLÓGICAS

Cláusula 12.^a – Serviços de suporte técnico e de manutenção das plataformas tecnológicas

1. Os serviços de suporte técnico objeto do presente Caderno de Encargos consistem na resolução dos pedidos de apoio/assistência técnica remetidos pela ENTIDADE ADJUDICANTE, e serão efetuados pelo ADJUDICATÁRIO com recurso ao ambiente de desenvolvimento informático e tecnológico existente na ENTIDADE ADJUDICANTE, nomeadamente:
 - a) Sistema Operativo Windows Server 2016;
 - b) Base de Dados SQL Server 2012;
 - c) *Webserver* IIS;
 - d) Framework/linguagem Angular/Typescript;
 - e) Controlo de versões GIT.
2. Os serviços de manutenção objeto do presente Caderno de Encargos consistem na realização das seguintes tarefas:
 - a) *Manutenção preventiva*: procedimentos de diagnóstico e de depuração do funcionamento das plataformas tecnológicas;
 - b) *Manutenção evolutiva*: atualização das funcionalidades e/ou desenvolvimento de novas funcionalidades das plataformas tecnológicas, de acordo com especificações técnicas e de planeamento aprovadas pela ENTIDADE ADJUDICANTE;
 - c) *Manutenção corretiva*: resolução de anomalias e incidentes detetados pelos utilizadores das plataformas tecnológicas.
3. Além dos serviços previstos nos números anteriores, o ADJUDICATÁRIO obriga-se ainda a prestar todos os serviços de arquitetura das plataformas tecnológicas que se revelem necessários a assegurar a sua funcionalidade e operacionalidade, sem quaisquer custos adicionais para a ENTIDADE ADJUDICANTE.

4. Os serviços previstos no número anterior compreendem, designadamente, a execução das seguintes tarefas:
- a) Otimização do servidor aplicacional;
 - b) Otimização do SGBD/Servidor de BD;
 - c) Arquitetura funcional das plataformas;
 - d) Serviços de *Webservices*;
 - e) Implementação de sistemas de segurança e aplicação de RGPD.

Cláusula 13.^a – Plataforma tecnológica do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)

1. O ADJUDICATÁRIO obriga-se a assegurar à ENTIDADE ADJUDICANTE os seguintes serviços, relativos à plataforma tecnológica do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ):

Tipologia de Pedido	Quantidade Prevista:	
	Urgente	Não urgente
Estruturante	12	36
Não estruturante	36	108
Apoio/assistência técnica	108	324
Pedido de documentação	0	3

2. As quantidades dos serviços previstos no número anterior poderão variar para mais ou para menos, sem que essa variação confira ao ADJUDICATÁRIO o direito a qualquer compensação ou indemnização, seja a que título for, designadamente a título de serviços a menos ou reposição do equilíbrio financeiro do contrato por não ter sido executada a quantidade que o ADJUDICATÁRIO estimou para determinado(s) preço(s) unitário(s) constante(s) da sua proposta, ou constitua motivo para a modificação do contrato com qualquer outro fundamento.
3. Todos os pedidos serão previamente classificados pela ENTIDADE ADJUDICANTE, em função das categorias e tipologias de serviço previstas na Cláusula 15.^a do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 14.^a – Plataforma tecnológica da Garantia da Qualidade (Quadro EQAVET)

1. O ADJUDICATÁRIO obriga-se a assegurar à ENTIDADE ADJUDICANTE os seguintes serviços, relativos à plataforma tecnológica da Garantia da Qualidade (Quadro EQAVET):

Tipologia de Pedido	Quantidade Prevista:	
	Urgente	Não urgente
Estruturante	6	18
Não estruturante	18	54
Apoio/assistência técnica	108	324
Pedido de documentação	0	3

2. As quantidades dos serviços previstos no número anterior poderão variar para mais ou para menos, sem que essa variação confira ao ADJUDICATÁRIO o direito a qualquer compensação ou indemnização, seja a que título for, designadamente a título de serviços a menos ou reposição do equilíbrio financeiro do contrato por não ter sido executada a quantidade que o ADJUDICATÁRIO estimou para determinado(s) preço(s) unitário(s) constante(s) da sua proposta, ou constitua motivo para a modificação do contrato com qualquer outro fundamento.
3. Todos os pedidos serão previamente classificados pela ENTIDADE ADJUDICANTE, em função das categorias e tipologias de serviço previstas na Cláusula 15.^a do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 15.^a – Categorias, tipologias de serviço e tempos máximos de resposta

1. Os serviços a cargo do ADJUDICATÁRIO serão previamente classificados pela ENTIDADE ADJUDICANTE, de acordo com as seguintes categorias:
 - a) *Pedido estruturante* - pedidos que conduzem à alteração da Base de Dados e/ou fluxos aplicacionais que afetam outras funcionalidades já desenvolvidas;
 - b) *Pedido não estruturante* - pedidos que conduzem à alteração da Base de Dados e/ou fluxos aplicacionais que não afetam outras funcionalidades já desenvolvidas

- c) Pedido de apoio/assistência técnica* - pedidos que não conduzem à alteração da Base de Dados e/ou fluxos aplicativos que não afetam outras funcionalidades já desenvolvidas;
 - d) Pedido de documentação* – elaboração e disponibilização de documentação contendo, entre outros elementos, o modelo de dados, código-fonte e fluxos aplicativos.
2. Para a execução dos serviços objeto do presente Caderno de Encargos o ADJUDICATÁRIO deverá ainda considerar as seguintes tipologias de serviços:
- a) Serviços Tipologia 1* - Pedido estruturante urgente;
 - b) Serviços Tipologia 2* - Pedido estruturante não urgente;
 - c) Serviços Tipologia 3* - Pedido não estruturante urgente;
 - d) Serviços Tipologia 4* - Pedido não estruturante não urgente;
 - e) Serviços Tipologia 5* - Pedido de apoio/assistência técnica urgente;
 - f) Serviços Tipologia 6* - Pedido de apoio/assistência técnica não urgente;
 - g) Serviços Tipologia 7* - Pedido de documentação;
3. A classificação de um serviço como urgente ou não urgente é da exclusiva responsabilidade da ENTIDADE ADJUDICANTE.
4. O ADJUDICATÁRIO obriga-se a prestar à ENTIDADE ADJUDICANTE os serviços objeto do presente Caderno de Encargos de acordo com os tempos de resposta previstos na proposta, os quais devem respeitar seguintes tempos máximos:
- a) Serviços Tipologia 1:* 40 horas;
 - b) Serviços Tipologia 2:* 80 horas;
 - c) Serviços Tipologia 3:* 8 horas;
 - d) Serviços Tipologia 4:* 16 horas;
 - e) Serviços Tipologia 5:* 4 horas;
 - f) Serviços Tipologia 6:* 8 horas;
 - g) Serviços Tipologia 7:* 20 dias úteis após o pedido;
 - h) Trabalhos de arquitetura das plataformas, a executar nos termos da Cláusula 12.^a* do presente Caderno de Encargos: 160 horas;
5. Os serviços serão executados durante o horário de funcionamento da ENTIDADE ADJUDICANTE, em dias úteis, no horário compreendido entre as 09.00h e as 18.00h.

**SECÇÃO III – RELATÓRIO MENSAL DOS SERVIÇOS E EQUIPA TÉCNICA A AFETAR À
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Cláusula 16.^a – Relatório mensal da prestação de serviços

1. O ADJUDICATÁRIO obriga-se a elaborar e a apresentar, até ao 5.º (quinto) dia útil de cada mês, um Relatório mensal das intervenções e serviços efetuados no mês anterior, que deverá conter a descrição detalhada de todos os serviços prestados, com referência à respetiva categoria e tipologia.
2. Após a entrega do Relatório mensal pelo ADJUDICATÁRIO, a ENTIDADE ADJUDICANTE procede à respetiva análise, para verificar se estão reunidas as características e especificações previstas no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos definidos por lei.
3. No caso de a análise a que se refere o número anterior da presente Cláusula não confirmar a conformidade dos serviços executados e dos elementos entregues pelo ADJUDICATÁRIO com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características e especificações previstas no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, deve a ENTIDADE ADJUDICANTE disso informar o ADJUDICATÁRIO.
4. No caso previsto no número anterior, o ADJUDICATÁRIO deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela ENTIDADE ADJUDICANTE, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e especificações previstas no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo ADJUDICATÁRIO, a ENTIDADE ADJUDICANTE procede a nova análise, aplicando-se o disposto nos números anteriores, com as necessárias adaptações.

Cláusula 17.^a – Equipa técnica a afetar à prestação de serviços e Diretor de Contrato

1. As equipas técnicas dos concorrentes devem conter técnicos que cumpram os seguintes requisitos mínimos:

Componente	Experiência
Gestão de Sistema operativo Windows Server 2016 e Webserver IIS	2 anos
Gestão de Base de Dados SQL Server 2012/2016	2 anos
Desenvolvimento em Frameworks/linguagem: Angular/Typescript	2 anos

Experiencia em gestão de ciclos de desenvolvimento e controlo de versões Git	1 ano
--	-------

2. A equipa técnica poderá ser composta por qualquer número de elementos (no mínimo 1), desde que os elementos propostos reúnam competências e experiencia nos 4 tipos de perfis referidos no número anterior.
3. A ENTIDADE ADJUDICANTE pode solicitar ao Diretor do Contrato, a qualquer momento, todas as informações que entenda necessárias ou pertinentes sobre a execução do contrato, as quais devem ser entregues no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização do pedido.
4. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução do contrato serão diretamente dirigidas ao ADJUDICATÁRIO na pessoa do Diretor do Contrato.
5. Para o acompanhamento da execução do Contrato, o ADJUDICATÁRIO fica obrigada a manter, com uma periodicidade mensal, reuniões de coordenação com os representantes da ENTIDADE ADJUDICANTE, das quais deve ser lavrada ata pelo ADJUDICATÁRIO a assinar por todos os intervenientes na reunião.

Cláusula 18.^a – Obrigações gerais

1. São da exclusiva responsabilidade do ADJUDICATÁRIO as obrigações relativas ao pessoal afeto à execução da prestação de serviços, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
2. O ADJUDICATÁRIO deve manter a boa ordem nos locais de execução dos serviços, devendo retirar, por sua iniciativa ou após ordem da ENTIDADE ADJUDICANTE, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos serviços, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes da ENTIDADE ADJUDICANTE, do ADJUDICATÁRIO ou de terceiros.
3. A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o ADJUDICATÁRIO o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.
4. As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na prestação de serviços devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o previsto na proposta adjudicada e as exigências mínimas previstas no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 19.^a – Substituição de pessoas afetas à prestação do serviço

1. Sempre que seja necessária uma substituição, o ADJUDICATÁRIO deve assegurar um elevado grau de estabilidade dos serviços e uma transferência efetiva de informações.
2. Qualquer substituição deve ser submetida à ENTIDADE ADJUDICANTE para aprovação por escrito.
3. O ADJUDICATÁRIO deve fornecer, em tempo útil, um substituto com qualificações e experiência pelo menos equivalentes, se:
 - a) por razões devidamente justificadas, uma pessoa não estiver em condições de prestar os seus serviços;
 - b) a ENTIDADE ADJUDICANTE considerar que uma pessoa mencionada no contrato é incompetente ou não é indicada para o exercício das suas funções no âmbito do contrato ou se a execução das suas tarefas no âmbito do contrato não for compatível com a boa execução atempada do mesmo.
4. Salvo indicação em contrário, se a ENTIDADE ADJUDICANTE solicitar uma substituição por escrito, o ADJUDICATÁRIO deve propor um substituto no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de receção do pedido da ENTIDADE ADJUDICANTE.
5. Caso o ADJUDICATÁRIO não apresente uma proposta até ao final do prazo previsto no número anterior, tal será considerado um incumprimento do contrato.
6. A substituição referida nos números anteriores não obriga a ENTIDADE ADJUDICANTE a pagar qualquer remuneração, honorários ou custos adicionais aos estabelecidos no Contrato.
7. O ADJUDICATÁRIO deve suportar quaisquer custos adicionais decorrentes da substituição ou relacionados com ela, incluindo as despesas resultantes da necessidade de remunerar simultaneamente o elemento da equipa técnica a substituir e o seu substituto.

Cláusula 20.^a – Documentação final

1. O ADJUDICATÁRIO obriga-se a entregar um Relatório Final, contendo toda a documentação, manuais de utilização, e a descrição detalhada de todos os serviços realizados, com indicação dos seguintes elementos:
 - a) A descrição do modelo de dados das plataformas tecnológicas;
 - b) A indicação do *código-fonte* e fluxos aplicativos das plataformas tecnológicas.
2. O Relatório Final previsto no número anterior deve ser entregue pelo ADJUDICATÁRIO no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o termo da vigência do contrato.

3. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 24.^a do presente Caderno de Encargos, a ENTIDADE ADJUDICANTE pode exigir ao ADJUDICATÁRIO o pagamento de uma pena pecuniária, no valor de 0,5% do preço contratual, por cada dia de atraso na entrega do Relatório Final.

CAPÍTULO III– OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 21.^a – Preço contratual

1. Pelo cumprimento das obrigações previstas no presente caderno de encargos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve a ENTIDADE ADJUDICANTE pagar ao ADJUDICATÁRIO os preços unitários indicados na proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, em função das quantidades dos serviços efetivamente prestados em cada mês, até final do prazo de execução do Contrato indicado na Cláusula 5.^a, ou até que se mostre esgotado o preço indicado na Cláusula 4.^a do presente Caderno de Encargos, consoante o facto que se verifique em primeiro lugar.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à ENTIDADE ADJUDICANTE, designadamente, despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros direitos de propriedade industrial.
3. Se, no período de vigência do contrato, o valor dos serviços efetivamente prestados não esgotar o preço indicado na Cláusula 4.^a, tal não confere ao cocontratante o direito a qualquer compensação ou indemnização, seja a que título for, designadamente a título de reposição do equilíbrio financeiro do contrato ou de serviços a menos.
4. Não haverá lugar a revisão de preços.

Cláusula 22.^a – Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela ENTIDADE ADJUDICANTE devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela ENTIDADE ADJUDICANTE das faturas.
2. As faturas serão emitidas mensalmente pelo ADJUDICATÁRIO, relativamente aos serviços prestados no mês imediatamente anterior, de acordo com as quantidades dos serviços efetivamente prestados, mediante aplicação dos preços unitários constantes da proposta adjudicada.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as faturas só podem ser emitidas após a aprovação por parte da ENTIDADE ADJUDICANTE do Relatório mensal elaborado pelo ADJUDICATÁRIO, nos termos previstos na Cláusula 16.^a do presente Caderno de Encargos.
4. Se a ENTIDADE ADJUDICANTE discordar dos valores indicados nas faturas deve comunicar ao ADJUDICATÁRIO, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o ADJUDICATÁRIO obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

CAPÍTULO IV– CONSEQUÊNCIAS DO INCUMPRIMENTO CONTRATUAL

Cláusula 23.^a – Força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no Contrato.
2. Para os efeitos do número anterior, considera-se caso de força maior o facto praticado por terceiro pelo qual a parte não seja responsável, direta ou indiretamente, ou cuja verificação a parte não tenha comprovadamente contribuído nem pudesse evitar, bem como qualquer facto natural, situação imprevisível e inevitável cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou das circunstâncias pessoais das partes, como sejam, entre outros, atos de guerra ou de terrorismo, embargos ou bloqueios internacionais, catástrofes naturais que afetem as instalações ou a capacidade produtiva das partes, designadamente inundações, sismos, incêndios, ciclones, movimentos de massa, greves gerais ou setoriais que impliquem a quebra total da capacidade produtiva das partes, epidemia, doença grave ou falecimentos de meios humanos afetos à execução do Contrato.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do ADJUDICATÁRIO, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do ADJUDICATÁRIO ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo ADJUDICATÁRIO de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo ADJUDICATÁRIO de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do ADJUDICATÁRIO cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do ADJUDICATÁRIO não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. O ADJUDICATÁRIO deve, no prazo máximo de 5 dias a contar do conhecimento da ocorrência, notificar a ENTIDADE ADJUDICANTE da duração previsível do acontecimento e dos seus efeitos na execução do Contrato, juntando certificado das entidades competentes que ateste a veracidade e exatidão dos factos alegados e oferecendo prova de, em tempo devido, ter esgotado todos os meios para reduzir ao mínimo o atraso e os prejuízos na execução do Contrato.
6. Se o ADJUDICATÁRIO não puder, por razões que não lhe sejam imputáveis, apresentar os certificados referidos no número anterior dentro do prazo aí previsto, deve apresentá-los logo que possível, apresentando igualmente a justificação para tal atraso.
7. O incumprimento por parte do ADJUDICATÁRIO do disposto nos números 4 e 5 implica a sua responsabilidade pelo incumprimento das obrigações contratuais em causa, não podendo invocar os direitos previstos no número 1.
8. Os prazos de cumprimento das obrigações que, quando ocorreu o caso fortuito ou de força maior, se encontravam em curso devem ser prorrogados pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de caso fortuito ou de força maior

Cláusula 24.^a – Sanções Contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a ENTIDADE ADJUDICANTE pode aplicar ao ADJUDICATÁRIO as seguintes sanções contratuais:

- a) Pelo incumprimento dos tempos máximos de resposta previstos na Cláusula 15.^a do presente Caderno de Encargos ou na proposta adjudicada, uma sanção de 0,05% do preço contratual, por cada hora de atraso;
 - b) Pelo atraso na entrega do Relatório mensal da prestação de serviços previsto na Cláusula 16.^a do presente Caderno de Encargos, uma sanção de € 100,00, por cada dia de atraso;
- 2. A falta injustificada do ADJUDICATÁRIO às reuniões de trabalho/avaliação de progresso com a ENTIDADE ADJUDICANTE, é sancionada com uma pena pecuniária de até € 100,00, por cada falta injustificada.
 - 3. O pagamento do valor resultante da aplicação de sanções previstas no número anterior é efetuado por dedução, pela ENTIDADE ADJUDICANTE, do respetivo montante ao valor da fatura seguinte ao período a que se deu o facto que originou a sua aplicação.
 - 4. As sanções pecuniárias previstas não obstam a que a ENTIDADE ADJUDICANTE exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 25.^a – Desconto de prestações devidas

A ENTIDADE ADJUDICANTE reserva-se o direito de, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, descontar no preço as quantias devidas pelo ADJUDICATÁRIO em virtude do incumprimento de obrigações contratuais ou legais no âmbito da execução do Contrato, incluindo o valor de eventuais sanções contratuais.

Cláusula 26.^a – Resolução do contrato

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a ENTIDADE ADJUDICANTE pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o ADJUDICATÁRIO violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- 2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao ADJUDICATÁRIO e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela ENTIDADE ADJUDICANTE.
- 3. O ADJUDICATÁRIO pode resolver o contrato nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 332.º do CCP.

Cláusula 27.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual

Sem prejuízo das exceções constantes das alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o ADJUDICATÁRIO não pode recorrer à subcontratação ou ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual, sem prévia autorização da ENTIDADE ADJUDICANTE.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 28.^a – Deveres de colaboração recíproca e informação

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do Contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

Cláusula 29.^a – Gestor do Contrato

1. A execução do contrato será permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pelo contraente público.
2. O gestor de contrato tem as competências previstas no artigo 290.º-A do CCP.
3. A função de gestor do presente contrato será desempenhada por Gonçalo João, sendo o Gestor do contrato suplente Jorge Teixeira.

Cláusula 30.^a – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 32.^a – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 31.^a – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 32.^a – Legislação aplicável

1. O Contrato é regulado pela lei portuguesa.
2. O Adjudicatário terá de dar cumprimento ao RNID – Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (Normas Abertas), publicado em Diário da República n.º 4/2018, Série I de 5 de janeiro de 2018, e à medida 21 da RCM - Resolução de Conselho de Ministros n.º 12/2012, de 7 de fevereiro